

Peitua  
AJ12074

# Atuação discutida

Há um grande número de vereadores despreparados para o cargo, segundo pesquisa encomendada pelo Senado

A queixa da população inconformada com o desempenho de muitos vereadores, em diferentes municípios, gerou uma suspeita agora confirmada. O I Censo do Legislativo, pesquisa inédita divulgada na última semana pelo Instituto Interlegis (vinculado ao Senado), revela que um expressivo número de edis não está preparado para desempenhar o mandato. Eles desconhecem até os limites legais de suas atribuições. Em função, disso, nas campanhas e até mesmo no exercício do cargo, fazem promessas ocas, acenando com providências que não estão ao seu alcance. Falta à pesquisa ressaltar que existem contingentes de eleitores que acreditam no irrealizável. Tanto que elegendam determinados cidadãos.

Em 5.414 municípios pesquisados por 230 recenseadores, a maioria dos vereadores entrevistados não soube distinguir certas atribuições e competências dos legislativos municipal, esta-

## EDITORIAL

dual e federal. Talvez, o baixo nível de escolaridade pode explicar, pelo menos parcialmente, esse fato. Os recenseadores constataram que dos vereadores no exercício do mandato, 18% não têm o ensino fundamental e 4% jamais freqüentaram a escola, embora saibam ler e escrever. Mas, entre esses, certamente todos têm o dom da política, e há até os que entendem mais de legislação municipal do que muitos doutores. A escola da vida é sempre muito eficiente. E, o que de fato interessa, é que foram eleitos pelo povo e estão legitimados pelo mandato.

É difícil avaliar até que ponto a pouca escolaridade formal pode limitar a atuação de vereadores, levando-os a legislar superfluamente. A impressão que se tem é que são demasiadas as prestação de homenagens e os oferecimentos de títulos de cidadania pelas

Câmaras. Mas, isso também é fazer política. Representa atitude ligada ao sentimento das comunidades. Ademais, os vereadores costumam ressaltar que a tarefa de legislar é apenas uma parte do trabalho que realizam. Eles enfatizam atendimento social corpo-a-corpo – o que é uma realidade mais pobres da sociedade. O assistencialismo ainda permeia a política no Brasil. É uma das síndromes da ineficiência do Estado na promoção do bem-estar coletivo.

Há que se falar, também, sobre as condições de trabalho das câmaras. Praticamente sofrem restrições impostas pelas baixas dotações orçamentárias. Em 1.185 dos 5.414 municípios pesquisados pelo I Censo do Legislativo (21,9% do total), foi vista uma situação delicada: a prefeitura e a câmara municipal dividem o mesmo prédio. É, sem dúvida um arranjo inadequado e decorre da precariedade da situação

financeira das municipalidades.

Diante desse quadro, a grande pergunta é: dos 54 mil vereadores existentes no país, quais deles têm atuação parlamentar aprovada pela população? As urnas devem responder isso na próxima eleição. Mas, de momento, a certeza explícita é que as queixas da população relacionam-se principalmente à má utilização do dinheiro público.

No Espírito Santo há ocorrências lamentáveis. No município de Aracruz a Câmara adquiriu veículos de alto luxo para uso do presidente e do vice-presidente; em Cariacica, o Legislativo gastou R\$ 44,4 mil, durante 15 meses de aluguel, com as instalações que nunca foram utilizadas pelos vereadores; na Serra, a Câmara gastou cerca de R\$ 64 mil com a compra de supercadeiras massageadoras e, agora, ameaça ressuscitar os supersalários dos servidores, através de gratificações. É um absurdo.

**Em 1.185 municípios, as prefeituras e as Câmaras dividem as mesmas instalações**